Ebape, a escola que faz escola: 50 anos

A pós-graduação na Ebape

Paulo Roberto Motta*

A intenção de dedicar-se aos cursos de pós-graduação data dos primórdios da Ebape. De início, a idéia de implementá-los não teve impulso porque se procurava vencer ainda a batalha para regulamentar o curso de administração como de graduação. Como se sabe, na primeira década de sua existência — anos 1950 —, a Ebape ainda vivia alguns conflitos intelectuais e práticos quanto a ser uma escola de formação e treinamento de funcionários ou um curso de formação de nível superior. As duas dimensões se tornaram vitoriosas, já que não se mostraram mutuamente excludentes. A dificuldade, na verdade, estava na aceitação da administração como curso superior emitindo grau de bacharelado.*

Após o reconhecimento e a regulamentação dos cursos de administração como de nível superior pelo então Conselho Nacional de Educação, em 1961, já constavam, nos documentos, os cursos ministrados pela Ebape nos níveis de mestrado e doutorado. Tratava-se realmente de um espírito inovador, já que esses dois tipos de cursos ainda não estavam inseridos totalmente na prática educacional brasileira. Em meados dos anos 1960, iniciou-se na Ebape o curso de mestrado.

Vale mencionar, no entanto, que cursos de pós-graduação, em sentido amplo, e sem o título de mestrado já faziam parte das grades de cursos da escola. Mas o contexto histórico da época valorizava simplesmente o curso de graduação. Para efeitos profissionais, de valorização no mercado de trabalho e de *status* social e educacional, o bacharelado ainda possuía maior significado. Por exemplo, era mais vantajoso, na época, obter dois títulos de curso superior de que um adicional de pós-graduação. Ademais, a Ebape, em todo o seu esforço de reconhecimento e de criação de uma nova profissão de administrador, anunciava ao país a graduação em administração como a nova conquista e valor da época. Assim, a maioria dos graduados em outras profissões que procuravam a Ebape preferia cursar a graduação em administração, e não a pós-graduação.

Por essa razão, a Ebape instituiu o curso de graduação em regime especial, que concedia, aos portadores de qualquer título superior, a possibilidade de obter o bacharelado em administração em apenas dois anos. Esse curso na época tinha mais demanda e atrativo do que o mestrado. No entanto, apesar de importante, foi curta a duração do curso de graduação em regime especial. A prática educacional brasileira já percorria novas trilhas e começava a sugerir o curso de mestrado, sobretudo para os docentes em cursos superiores.

* Professor titular da Ebape/FGV.
E-mail: paulmott@fgv.br.

A valorização do mestrado na docência e na prática profissional não pegou a Ebape desprevenida, pois, por seu espírito pioneiro, já ministrava este tipo de curso antes de ser uma demanda clara do meio profissional. Dentro da Ebape, o curso de mestrado passou por várias transformações, sendo a primeira e bastante significativa a criação do Pronapa, Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração. Durante alguns anos, e sob os auspícios do Ministério da Educação, o curso de mestrado da Ebape recebeu professores de faculdades de administração de vários estados do país em busca de aperfeiçoamento e capacitação para a docência em administração. Após o Pronapa, a Ebape manteve o curso de mestrado como atividade importante, mas isso não significava uma alteração de prioridade na escola, que continuava centrada na graduação.

A segunda grande transformação ocorreu no início dos anos 1970, quando, através de comissões de estudos curriculares com professores da Ebape e convidados, se promoveram análises mais aprofundadas sobre concepções e currículos de um curso de mestrado em administração. Iniciava-se no Brasil um esforço de diferenciar, em natureza e conteúdo, o curso de pós-graduação em administração. A tarefa não foi fácil, não só porque, ainda jovem, o estudo de administração, em nível de graduação, ainda não se firmara curricularmente, mas também porque o avanço das ciências sociais provocava uma visão interdisciplinar bastante ampla, que ofuscava o foco de estudo no fenômeno administrativo.

A conseqüência dessa transformação foi iniciar uma política explícita de conceder, aos poucos, maior atenção e prioridade ao curso de mestrado. Houve maior investimento tanto no corpo docente e na atividade de pesquisa, quanto na divulgação do programa e na seleção dos alunos. O mestrado desenvolveu-se juntamente com a atenção nacional aos cursos de pós-graduação. Já em meados da década, esse novo pioneirismo da Ebape era reconhecido, pela criação da Associação Nacional de Pós-Graduação (Anpad), com sede na Ebape.

A pós-graduação progrediu, com a expansão do *lato sensu* — grande marca histórica da Ebape —, no qual a escola também foi pioneira, com o programa de módulos intensivos agregando ensino a distância, aula presencial e apoio ao aluno e prática relacionada ao trabalho.

A terceira grande transformação na pós-graduação iniciou-se em meados dos anos 1990, com o curso de doutorado. Apesar desta ser uma idéia antiga, a Ebape julgou prudente iniciar seu programa somente em um estágio mais avançado de desenvolvimento da própria escola. O doutorado constitui uma conquista institucional, quando, após anos de estudos, se formam linhas de pesquisa ou áreas de convergência que determinam uma autonomia de pensamento em campo limitado do conhecimento humano, como o administrativo. O doutorado é um programa de formação avançada, diretamente ligado à produção de conhecimentos. Como programa acadêmico, não se institui nem se implanta por simples decisão administrativa ou por rearranjo de uma base curricular: requer um mergulho profundo em determinado campo do saber. Exige trabalho de pesquisa que critique o conhecimento existente e produza um novo saber administrativo. Para tanto, são necessárias maturidade e liderança acadêmica, que já se consolidaram na Ebape.